

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
POLÍTICA INTERNACIONAL – QUESTÃO 1

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverá ser desenvolvido coerentemente o argumento central, respeitados os encadeamentos factuais e sua cronologia. A contextualização, com a correta utilização de conceitos, é essencial para a compreensão do processo histórico. A redação deve demonstrar que as relações entre o Brasil e a Argentina, na segunda metade da década de 1940, estão parcialmente condicionadas pelas diferentes posturas de ambos quanto à II Guerra Mundial, o que não impediu a diplomacia brasileira de defender a participação argentina na fundação da ONU. O alinhamento brasileiro à causa aliada e a neutralidade argentina repercutiram no pós-guerra, levando o governo Dutra a nortear sua política externa a partir de princípios liberais, como demonstram a Missão Negrão de Lima ao Paraguai em 1947; o alinhamento aos EUA na Guerra Fria e a participação nos novos organismos multilaterais, enquanto o governo Perón apoiava a ditadura paraguaia de Morínigo; buscava uma “Terceira Via” no contexto mundial e não aderiu ao Fundo Monetário Internacional. O governo Vargas (1950-1954), acusado por forte oposição interna, principalmente da UDN, de querer instalar uma “república sindicalista”, viu-se impedido de considerar a proposta de Perón para a assinatura de um pacto econômico entre a Argentina, o Brasil e o Chile.

Com a derrubada de Perón, em 1955, e a ascensão à presidência brasileira de Juscelino Kubitschek e de Arturo Frondizi na presidência da Argentina, surgiu um novo ambiente de cooperação nas relações bilaterais. Comprovam-no a postura do governo argentino de apoio à Operação Pan-Americana, a assinatura dos acordos de 1959 e 1961 e a convergência de postura dos dois países quanto a temas, como a ALALC e a expulsão de Cuba da OEA. No entanto, o Brasil e a Argentina sofreram mudanças políticas internas e de objetivos externos, com a ascensão dos militares ao poder em ambos os países. As relações entre os dois países deterioraram-se em decorrência da disputa geopolítica em torno do aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata, particularmente quanto ao projeto brasileiro-paraguaio de construção da hidrelétrica de Itaipu. O candidato deverá expor eventos que demonstram a evolução e a superação dessa disputa geopolítica, desde o Tratado da Bacia do Prata até 1980, quando ocorreram as visitas presidências dos generais Figueiredo e Videla e a assinatura de tratados de cooperação.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
POLÍTICA INTERNACIONAL – QUESTÃO 2

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A resposta à questão 2 deverá conter os seguintes elementos principais:

1) Descrição dos antecedentes e da evolução da participação do Brasil no regime de não-proliferação, desde a década de 1960 até os dias de hoje, com foco na posição brasileira a respeito da necessidade de equilíbrio na implementação dos três pilares fundamentais do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). É imprescindível que o candidato explique a posição brasileira quanto à obrigação do artigo 6º do TNP e o esforço do Brasil e dos países afins com o intuito de lograr a implementação desse artigo, que se refere ao desarmamento nuclear, ao lado dos outros dois pilares (uso pacífico da energia nuclear e não-proliferação). Espera-se que o candidato inclua, na descrição do papel desempenhado pelo Brasil nesse contexto, referência ao apoio e à adesão do Brasil aos tratados internacionais de proibição de outras armas de distribuição em massa (químicas e biológicas), assim como à participação do Brasil nas Conferências de Exame do TNP, na Coalizão da Nova Agenda e em instrumentos jurídicos e arranjos relevantes na área nuclear, em particular o Tratado de Tlatelolco, a Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quadripartite (Brasil, Argentina, ABACC, AIEA), o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares e o Grupo de Supridores Nucleares. Nesse contexto, o candidato deverá discorrer sobre a reação do Brasil diante dos argumentos geralmente utilizados pelos países nuclearmente armados para defender uma perspectiva gradualista no tema do desarmamento. O candidato deverá discorrer, em particular, sobre frustração com a falta de disposição dos países nuclearmente armados em dar passos concretos rumo ao desarmamento nuclear, fator determinante para buscar complementar TNP por meio da negociação e da adoção do TPAN.

2) O candidato deverá discorrer sobre a argumentação utilizada pelo Brasil e por outros países com visão semelhante a respeito da incompatibilidade das armas nucleares com os seguintes princípios consagrados pelo direito internacional humanitário: distinção entre civis e combatentes, proibição de ataques contra os que estão fora de combate ("hors de combat"), proibição de causar sofrimento desnecessário, noção de necessidade, princípio da proporcionalidade e princípio da humanidade. É importante que o candidato demonstre conhecer, ainda que em linhas gerais, o debate mais recente sobre armas nucleares no âmbito da Corte Internacional de Justiça (opinião consultiva sobre a legalidade da ameaça de uso de armas nucleares, de 1996, e decisão sobre objeção de jurisdição no caso Ilhas Marshall contra Índia, Paquistão e Reino Unido, de 2016). Mais do que discorrer em pormenores sobre esse debate jurídico, espera-se que o candidato seja capaz de vincular tanto os argumentos de natureza humanitária quanto as dificuldades de avanços judiciais na proibição de armas nucleares como importantes fatores que contribuíram para levar o Brasil e os outros países a buscar a via da negociação e a adoção do TPAN com o intuito de promover a proibição desse

tipo de armas. Nesse contexto, o candidato deverá demonstrar conhecer a participação brasileira na "Iniciativa Humanitária", que levou à organização de três conferências recentes sobre o impacto humanitário das armas nucleares em Oslo (2013), Nayarit (2014) e Viena (2014).

3) O candidato deverá demonstrar conhecimento sobre o conteúdo do artigo 21, inciso XXIII, letra "a", da Constituição Federal como um dos fundamentos das posições adotadas pelo Brasil em matéria de não-proliferação, uso da energia nuclear para fins pacíficos e desarmamento nuclear. Ao discorrer sobre esse ponto, espera-se que o candidato seja capaz de correlacionar o artigo mencionado com os princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais (artigo 4º da Constituição Federal) e que demandam, diante da conjuntura internacional contemporânea, com o crescimento da tensão da Península Coreana e o acirramento da rivalidade geopolítica entre os países detentores de arsenais nucleares, a busca de alternativas que levem ao desarmamento nuclear e um mundo mais pacífico. Embora não se espere que o candidato apresente uma análise pormenorizada da importância da opinião pública e do papel das ONGs no avanço da causa de um mundo livre de armas nucleares, o candidato deverá demonstrar ter presente esses aspectos no contexto da explicação sobre a liderança brasileira no tema, uma vez que a sociedade civil foi uma aliada importante do Brasil e dos demais países proponentes da conferência negociadora do TPAN.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
POLÍTICA INTERNACIONAL – QUESTÃO 3

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A ideia de um "condomínio de poderosos" aparece nos planos norte-americanos desde antes do final da Segunda Guerra Mundial e das negociações que culminaram no estabelecimento da Organização das Nações Unidas. O presidente dos Estados Unidos acreditava que os países vitoriosos (EUA, Reino Unido e União Soviética) deveriam ser responsáveis por assegurar a paz global. Esse raciocínio está por trás da ideia de um Conselho de Segurança dominado pelas grandes potências e do direito de veto, concebido como salvaguarda dos interesses nacionais dos que viriam a ser membros permanentes do Conselho; parecia ser a única maneira de operacionalizar o conceito de segurança coletiva sobre o qual se erigia a nova ordem global. O Brasil chegou a ser considerado um possível "sexto membro permanente" pelo presidente Roosevelt e seu secretário de Estado, Cordell Hull, que consideravam o país um "bom vizinho". A participação na guerra, ao lado dos aliados, também credenciava o Brasil a um assento permanente, tese que, no entanto, encontrou resistência das delegações britânica e soviética, que alegavam que um número maior do que cinco membros permanentes comprometeria a eficiência do órgão. A conformação final do Conselho incluiu também a China, que Roosevelt considerava importante pelo tamanho e pelo papel na luta contra o Japão, e a França, por insistência britânica, como membros permanentes, além de seis membros não permanentes, com mandato de dois anos e sem direito a veto. Em 1963, na esteira do processo de descolonização afro-asiática, quatro membros não permanentes foram adicionados, chegando-se à atual composição de quinze membros.

Ao longo das últimas décadas, fortaleceu-se, entre os membros das Nações Unidas, a ideia de que o Conselho de Segurança deveria ser reformado. Argumentava-se que, por não refletir a realidade contemporânea, o Conselho perdera em eficácia e não mais responderia aos interesses da maioria dos membros da ONU. O Brasil alinha-se entre aqueles que defendem a expansão das duas categorias de membros — permanentes e não permanentes — e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, com vistas a maior transparência. Na visão brasileira, a composição atual do Conselho — praticamente a mesma desde 1945 — não levaria em consideração mudanças importantes na cena internacional, marcada pela ascensão de novos países (três dos cinco BRICS, por exemplo) e pelo aumento exponencial do número de membros da ONU (dos 51 fundadores para os 193 atuais). Além disso, regiões, como a América Latina e o Caribe, seguiriam sem contar com representação permanente no Conselho. Para o Brasil, apenas um Conselho de Segurança representativo e inclusivo pode traduzir adequadamente os interesses da comunidade internacional, sobretudo os dos países em desenvolvimento.

O impulso em favor de uma reforma do Conselho ganhou força ao longo dos anos 90. O Brasil adota uma postura proativa, alinhando-se ao grupo conhecido como G-4 (Alemanha, Japão, Índia e Brasil), que reúne países que se reconhecem mutuamente como candidatos a um assento permanente. O G-4 defende, ainda, dois novos membros permanentes da África e mais quatro não permanentes. Essa posição sofre resistência de outro grupo de países, conhecido

como "clube do café" ou "Unidos pelo Consenso", que congrega, entre outros, Itália, Paquistão, Coreia do Sul, México e Argentina, e defende uma reforma restrita a membros não permanentes ou semi-permanentes. O grupo africano, que reúne 54 votos, tem posição comum, consignada no Consenso de Ezulwini, de 2005, segundo o qual o Conselho deveria ser ampliado nas duas categorias, cabendo à África dois assentos permanentes, com direito a veto. Um quarto grupo relevante é o L.69, do qual o Brasil também faz parte, que congrega cerca de 40 países em desenvolvimento favoráveis à expansão nas duas categorias de membros e ao aperfeiçoamento dos métodos de trabalho do Conselho. Há, ainda, o grupo ACT, que se dedica à reforma dos métodos de trabalho do Conselho. Aos cinco membros permanentes (P-5), por seu turno, interessa a manutenção do *status quo*, que preservaria sua posição privilegiada. Há, entre os P-5, resistências pontuais, como a da China à entrada do Japão, e apoios, explícitos ou não – Reino Unido, França e Rússia, por exemplo, já expressaram apoio ao pleito brasileiro. Essa multiplicidade de pontos de vista e a posição de cuidadoso desinteresse dos membros permanentes têm levado a um impasse e nenhum dos grupos chegou a levar um projeto de resolução a voto. O tema deve continuar na agenda, embora sem um sentido de urgência, apesar do compromisso do Secretário-Geral António Guterres de lançar reformas para preparar as Nações Unidas para o século XXI.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
POLÍTICA INTERNACIONAL – QUESTÃO 4

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverão ser abordados os seguintes aspectos:

- 1 O apoio, em determinados momentos, e a ambiguidade, em outros, com relação ao colonialismo português na África, e a crescente crítica dirigida ao Brasil por suas posições políticas perante o colonialismo português.
- 2 A questão das relações do Brasil com a África do Sul, que, em tempos de pleno *Apartheid*, era o principal parceiro comercial do Brasil na África e que causava certos constrangimentos para uma plena inserção brasileira na África.
- 3 A evolução do pensamento diplomático brasileiro com relação ao continente africano e sua posição estratégica para o Brasil, que foi se modificando desde o governo de Jânio Quadros até atingir maior maturidade a partir, sobretudo, do governo de Médici.
- 4 Discussão, mesmo que genérica, das dificuldades de finalização do processo de descolonização, principalmente com relação ao colonialismo português e à problemática envolvendo a África do Sul. Esses dois aspectos devem ser problematizados considerando a reação dos países africanos a qualquer tipo de apoio ou ambiguidade diante do colonialismo português e do *Apartheid*.